

Ocupar, Resistir e Maternar – Uma Autoetnografia sobre Maternidade Tardia, Gênero e Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Occupying, Resisting, and Mothering: An Autoethnography on Late Motherhood, Gender, and Stricto Sensu Postgraduate Education.

Carine Naldi Sawtschenko Victorino é Psicóloga. Doutora e Mestre em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo. Pós-graduada em Psicologia Fenomenológica Existencial pelo Instituto de Fenomenologia Existencial do Rio de Janeiro. ORCID 0009-0001-6377-5052.

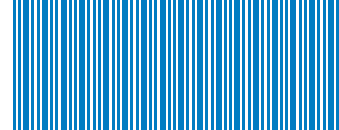
Contato: carinepsi@hotmail.com

Diane Portugueseis é Doutora e Mestre em Psicologia Social PUCSP. Professora na graduação e pós graduação do curso de Psicologia UESP. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8347-2761>.

Contato: diane.portugueseis@metodista.br

Resumo

O presente artigo analisa as tensões da maternidade tardia na pós-graduação *stricto sensu*, sob a perspectiva de gênero, durante a conclusão do doutorado. Diante do paradoxo, indicado pela CAPES (2024), entre o aumento do ingresso feminino e a persistência de desigualdades na progressão da carreira, problematizam-se as tensões entre as demandas de produtividade e os papéis de cuidado atribuídos às mulheres. Pela autoetnografia, com escrita em primeira pessoa, conecta-se a vivência singular às estruturas sociais. Evidencia-se que a lógica produtivista da Academia exclui as mulheres que vivenciam o “tempo do cuidado”. Conclui-se que a permanência de mães na academia é um ato político



de resistência, que reivindica políticas capazes de integrar a maternidade à produção do conhecimento.

Palavras-chave: Pós-graduação *stricto sensu*; Maternidade tardia; Desigualdade de gênero; Autoetnografia; Mulheres na ciência.

Abstract

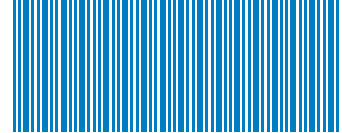
This article analyzes the tensions of late motherhood in graduate education, from a gender perspective, during the completion of the PhD. Reflecting the paradox indicated by CAPES (2024)—where female enrollment is rising yet inequalities in career progression persist—this article examines the tensions between productivity demands and the caregivers roles attributed to women. Through autoethnography—a first-person narrative—individual experience is connected to social structures. The study shows that academia’s productivist logic excludes women who experience the “time of care.” It concludes that the persistence of mothers in academia is a political act of resistance, that underscores the need for policies capable of integrating motherhood into knowledge production.

Keywords: Doctoral studies; late motherhood; gender inequality; autoethnography; women in science.

Introdução

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) evidencia avanços importantes no acesso das mulheres à pós-graduação, refletindo a implementação de políticas inclusivas e a transformação gradual das condições de ingresso. No entanto, as mulheres continuam a enfrentar desafios significativos quando se observa a progressão para níveis elevados da carreira, o que evidencia a persistência de desigualdades estruturais no contexto acadêmico (CAPES, 2024).

As desigualdades emergem dos papéis sociais historicamente atribuídos às mulheres, como os de mãe e de responsável pelo trabalho doméstico e de cuidado, que espelham a dificuldade de permanência e de produtividade na pós-graduação. A expectativa social que naturaliza a mulher como figura responsável pelos



cuidados com os familiares ainda se contrapõe às exigências institucionais de produtividade científica.

Assim, o presente artigo pretende analisar as tensões vivenciadas pela maternidade tardia, associada à retomada das atividades profissionais (docência do ensino superior) e concomitante à etapa de conclusão do doutoramento em Psicologia, a partir da perspectiva de uma das autoras. O método de pesquisa utilizado foi o relato autoetnográfico e os resultados são apresentados na primeira pessoa do singular.

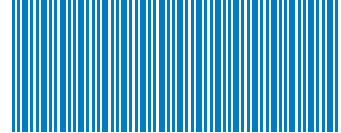
A etnografia, segundo Martyn Hammersley¹ e Paul Atkinson (2022), é uma metodologia qualitativa enraizada nas ciências sociais, sobretudo na antropologia, que busca compreender as práticas, valores e significados que um grupo atribui à sua vida cotidiana, a partir da imersão do pesquisador no contexto estudado, da observação participante e da interpretação reflexiva. Adotar seu desdobramento autoetnográfico, em que a própria pesquisadora se torna campo de investigação, alinha-se ao compromisso ético-político da psicologia enquanto ciência e profissão: dá voz ao atravessamento em que objeto e pesquisadora coabitam o saber e responde à necessidade urgente de uma produção científica pautada na decolonialidade.

¹ Ao longo do texto, os prenomes de autoras e autores são grafados por extenso na primeira citação, como gesto deliberado de visibilização da autoria, em especial a das mulheres, cujo protagonismo na ciência foi historicamente apagado. As menções seguintes seguem a norma usual, apenas com o sobrenome.

Gênero e Pós-graduação *Stricto Sensu*

O acesso das mulheres ao ensino superior no Brasil foi oficialmente autorizado em 1879 e ampliado de forma mais consistente apenas após a década de 1970 (Guedes, 2006), o que reflete a exclusão histórica das mulheres de uma esfera por muito tempo considerada masculina. Esse ingresso tardio foi, e ainda é, permeado por barreiras sociais, culturais e econômicas. Embora hoje ocupem lugar significativo na pós-graduação, as mulheres seguem enfrentando as marcas históricas de exclusão e discriminação justificadas pela perspectiva de gênero.

Pierre Bourdieu (1998) afirma que os indivíduos herdam de suas famílias e comunidades certos capitais (cultural e social), que moldam suas trajetórias e o acesso às oportunidades. O conceito é crucial para compreender as desigualdades na educação: quem provém de classes favorecidas tende a acumular mais capital cultural (educação de qualidade, valorização da cultura acadêmica, redes de contato influentes), o que facilita o sucesso acadêmico,

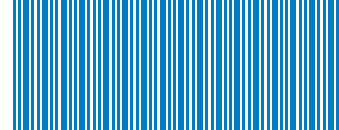


ao passo que os de origem popular dispõem menos desse capital. Na Academia, essas engrenagens operam em favor de quem detém tais ativos historicamente monopolizados pelos homens, o que dificulta a equidade real no ensino superior.

Não por acaso, ainda que sejam maioria numérica na graduação e em muitos programas de pós-graduação, as mulheres não converteram essa presença em poder institucional: permanecem sub-representadas na coordenação de programas, na autoria de publicações de alto impacto e na liderança de grupos e redes de pesquisa. Os números reforçam o paradoxo: apenas 0,8% da população entre 25 e 64 anos possui título de mestre e 0,3% o de doutor, e a crescente presença feminina não se traduz na redução proporcional das assimetrias de gênero (CGEE, 2024). A discrepância entre a alta taxa de conclusão feminina e os índices de titulação sinaliza uma desigualdade que não é apenas numérica, mas de acesso às condições de permanência: mesmo majoritárias nas matrículas e conclusões, as mulheres enfrentam obstáculos expressivos no acesso a bolsas de doutorado e pós-doutorado, ligados à disparidade nas redes de apoio e à sobrecarga que se estende do mercado de trabalho ao contexto familiar (CAPES, 2024).

Marília Moschkovich e Ana Maria F. Almeida (2015) argumentam que tais marcas de exclusão, discriminação e sobrecarga estruturam a participação da mulher na cena acadêmica e recaem de forma agravada sobre as mulheres pretas e as de classes populares, que enfrentam barreiras no ingresso, na permanência e no desenvolvimento da carreira, evidenciando a consubstancialidade dessas relações sociais. Sendo a divisão desigual do trabalho doméstico um fator limitante persistente (Fernanda Staniscuaski et al., 2021), a desigualdade de gênero na pós-graduação não se resolve com o aumento das matrículas femininas, mas com a transformação das estruturas de poder que organizam o ambiente acadêmico.

O referido cenário encontra sua expressão mais nítida no efeito tesoura (Staniscuaski et al., 2021): a representatividade feminina, alta no ingresso e nas etapas iniciais, cai progressivamente rumo aos níveis de maior prestígio, financiamento e poder decisório. No gráfico que dá nome à metáfora, o ponto em que a ascensão masculina cruza e supera a feminina não é aleatório; coincide com a etapa de consolidação profissional que se sobrepõe à janela biológica e social da maternidade. Ao não acolher as demandas do cuidado, a estrutura acadêmica funciona como mecanismo



de filtragem, que poda o potencial científico das mulheres e reserva o topo da carreira às trajetórias lineares e ininterruptas historicamente associadas ao masculino (Moschkovich; Almeida, 2015). Analisá-la sob lentes meritocráticas é, portanto, ignorar a construção histórica das desigualdades.

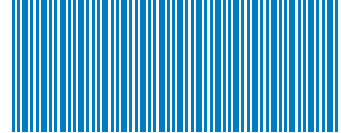
Maternidade e Produtividade Científica

A maternidade situa-se como um marco divisor na trajetória feminina, entre as experiências de maior complexidade existencial. Segundo Miria Benincasa (2003), tornar-se mãe não é apenas um evento biológico ou social, mas uma profunda crise vital e evolutiva: um rito de passagem que exige a desconstrução da identidade anterior para a emergência de um novo papel, mobilizando ansiedades, lutos e reestruturações. Alicerçada no desejo e no investimento afetivo, a maternidade inaugura um período de desorganização vital de significativa magnitude.

Para Donald Woods Winnicott (2000), o puerpério é uma configuração psíquica particular: a mãe entra em um estado de sensibilidade aumentada, uma espécie de adoecimento transitório e esperado, que a sintoniza com as necessidades do bebê. Essa crise ganha contornos materiais na metamorfose neuropsicológica do período: o estudo de Lívia Flora (2025) indica que o cérebro da puérpera passa por uma reorganização sináptica estratégica, reduzindo áreas ligadas à cognição complexa para dar lugar a circuitos de vínculo primário.

Somada às alterações hormonais e à privação de sono, essa reestruturação manifesta-se no fenômeno do *baby brain*, caracterizado por dispersão, lapsos de memória e confusão mental (Brunton; Russell, 2008). Para a mulher inserida no rigor acadêmico, tais sintomas são vividos com angústia, pois representam uma ruptura em sua principal ferramenta de trabalho: o intelecto (Antunes, 2008).

Pesquisas coordenadas por Fernanda Staniscuaski e pelo movimento *Parent in Science* mostram que, durante a pandemia de COVID-19, mães apresentaram queda significativa na produtividade e na submissão de artigos, sendo as mulheres, sobretudo as mães e as mulheres negras, as mais impactadas (Staniscuaski *et al.*, 2021). Esse padrão dialoga com o efeito tesoura já descrito, em que a presença feminina diminui à medida que a carreira avança, pelo

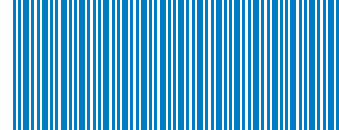


choque entre as exigências institucionais e as responsabilidades de cuidado historicamente atribuídas às mulheres.

Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), em pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho, afirmam que o trabalho produtivo, público e socialmente valorizado, é historicamente associado aos homens, enquanto o reprodutivo, doméstico e invisibilizado, é atribuído às mulheres, naturalizando o cuidado como responsabilidade feminina. Kergoat (2010) desenvolve a ideia de consubstancialidade das relações sociais, em que gênero, classe e raça atuam conjuntamente: esse entrelaçamento aprofunda desigualdades e intensifica a sobrecarga das mulheres, inclusive no campo intelectual, em que o tempo de pesquisa compete com o tempo do cuidado. A dupla jornada na pós-graduação não é, portanto, contingência pessoal, mas expressão de relações estruturais historicamente estabelecidas.

A dimensão subjetiva dessa desigualdade pode ser compreendida pelas reflexões de Vincent de Gaulejac (2007) sobre a lógica gerencialista contemporânea, onde as metas, indicadores e competição constante produzem uma forma específica de adoecimento, que fragmenta os sujeitos e enfraquece a cooperação. No ambiente universitário, essa lógica materializa-se no produtivismo. Luciana Dadico (2019) analisa como essa cultura afeta a subjetividade, gerando culpa, insuficiência e ansiedade diante de parâmetros de excelência que ignoram a complexidade da vida concreta. Para mulheres mães, o sofrimento assume forma particular: há culpa por não produzir quando se está com o filho, e culpa por não estar com o filho quando se está produzindo um duplo vínculo situado na intersecção entre trabalho acadêmico e cuidado.

Soma-se a esse cenário o conceito de carga mental. Federici (2019) destaca que o trabalho doméstico e reprodutivo, embora essencial à manutenção da vida social, foi historicamente apagado e desvalorizado, apagamento que inclui não só o fazer das tarefas, mas o pensá-las: planejar, organizar, antecipar e gerir, responsabilidade que, mesmo sob discursos de divisão igualitária, são ações que recaem majoritariamente sobre as mulheres. Na pós-graduação, essa carga se duplica: à gestão doméstica soma-se à da pesquisa, prazos, *e-mails*, trâmites administrativos (relatórios de bolsa, submissões em plataformas, formulários de qualificação), orientações e demandas institucionais, de modo que, mesmo em aparente inatividade, o trabalho cognitivo permanece constante.

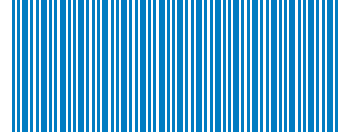


Acerca dos aspectos transgeracionais vivenciados por mulheres na maturidade, Dorothy Miller (1981) descreveu um estresse específico dessa população: o adiamento do projeto parental para a quarta ou quinta década situa a mulher numa zona de confluência de demandas intergeracionais. A autora cunhou o conceito de geração sanduíche para descrever o adulto (sobretudo a mulher) que se vê, ao mesmo tempo, responsável pelo cuidado dos filhos e dos pais que envelhecem, prensado entre as duas pontas como o recheio de um sanduíche. Diferentemente da maternidade vivida na juventude, quando os avós costumam ser presença de apoio, na maternidade tardia esse amparo pode já não existir.

Somadas às reflexões de gênero e ao cenário da pós-graduação *stricto sensu*, cabe deter-se no papel singular da Psicologia enquanto ciência, pois quem investiga e o que é investigado partilham a mesma experiência humana, condição diante da qual as noções clássicas de objetividade, ancoradas no distanciamento entre pesquisador e fenômeno, se mostram insuficientes. Ao tomar o ser humano como objeto, a Psicologia é convocada a reconhecer-se como expressão histórica, social e experiencial desse mesmo sujeito que busca compreender, o que a torna intrinsecamente autorreflexiva. Por isso, a reflexão epistemológica e a explicitação do lugar de fala são elementos de rigor, e não fragilidades (Ribeiro, 2017), e a autoetnografia se legitima como método para compreender como as dinâmicas sociais se expressam existencialmente na trajetória da pesquisadora.

Metodologia

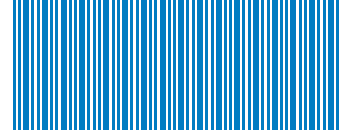
A etnografia estuda as culturas por meio da observação direta e da imersão do pesquisador no ambiente que analisa. Segundo Hammersley e Atkinson (2022), envolve a observação e a interação com os participantes de um contexto, com o intuito de compreender o significado que os comportamentos, as crenças e as práticas assumem para os próprios membros do grupo, de modo que o pesquisador se torna parte do processo de observação, pois a compreensão só se dá a partir de uma vivência real e direta. Sua principal contribuição está em acessar realidades invisíveis às abordagens quantitativas, oferecendo uma visão aprofundada e contextualizada, sem impor interpretações externas; seus desafios, por outro lado, são éticos e metodológicos, ligados à influência da subjetividade na coleta de dados e ao envolvimento pessoal com os participantes, o que exige reflexão crítica sobre o papel do pesquisador.



Adotar a autoetnografia como referencial metodológico não significa produzir um relato confessional, mas um método sistemático que utiliza a experiência autobiográfica da pesquisadora para analisar e tensionar as práticas culturais e institucionais. No contexto da maternidade tardia e da conclusão do doutorado, ela permite acessar fenômenos como a carga mental, os prazos e a necessidade de escrita, dimensões frequentemente silenciadas pelas métricas de produtividade acadêmica.

O material empírico deste estudo foi produzido a partir de um diário pessoal, mantido pela autora desde o período gestacional e retomado de forma sistemática após o retorno da licença-maternidade, no qual foram registrados episódios, impressões e afetos relativos à experiência simultânea da maternidade, do retorno à docência e da conclusão do doutorado. Os registros abrangem o período de outubro de 2023, ainda na gestação, a dezembro de 2025, delimitando o recorte da investigação. A seleção obedeceu a um critério temático, privilegiando as situações em que a tensão entre as demandas do cuidado e as exigências acadêmicas se manifestaram de forma mais nítida; a predominância de episódios de sofrimento decorre dessa escolha analítica, voltada a evidenciar as barreiras estruturais que o estudo discute, e não de um relato exaustivo. A análise seguiu um percurso de leitura recorrente dos registros, identificação de eixos temáticos e articulação de cada episódio com a literatura sobre gênero, maternidade e trabalho acadêmico, de modo que as interpretações emergem do diálogo entre a experiência registrada e o referencial teórico, e não de generalizações *a priori*.

A escolha de tal método alinha-se a uma produção crescente que utiliza a escrita de si e a perspectiva interseccional para investigar processos identitários e crises vitais, como no estudo autoetnográfico de Rosamaria Carneiro (2021) sobre o puerpério e na análise de Juliana Marcia Santos Silva (2020) sobre trajetórias de mães negras na pós-graduação. A pesquisadora constitui, assim, fonte primária de dados, e a vivência singular converte-se em campo de saber legítimo, capaz de revelar as engrenagens da subjetividade contemporânea diante das exigências do fazer científico.



Resultados e Discussão

Os Atravessamentos da Maternidade

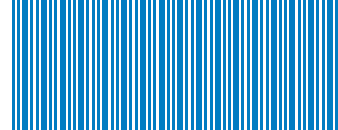
Minha identidade se reconfigurou há cerca de um ano e seis meses, quando me tornei mãe aos 45 anos, fruto de uma gestação tardia. O Ministério da Saúde (2022) define como tardia a gestação que ocorre após os 35 anos, classificada como de risco por elevar a probabilidade de complicações maternas e fetais, entre elas diabetes e hipertensão gestacionais, abortamento e anormalidades cromossômicas.

O adiamento da maternidade, cada vez mais frequente, reflete as transformações no papel social da mulher que, diante da exigência de qualificação prolongada, como a pós-graduação *stricto sensu*, e da necessidade de inserção sólida no mercado de trabalho, vê-se impelida a postergar o projeto parental (Lopes; Dellazzana-Zanon; Boeckel, 2014).

Nesse contexto, minha maternidade surgiu como uma “maternidade possível”, fruto de uma negociação complexa entre as demandas pessoais e investimento na carreira. Enquanto pesquisadora, tornar-me mãe após os quarenta foi uma escolha consciente, que buscou conciliar a prontidão existencial, financeira, pessoal e de saúde com os atravessamentos de uma estrutura social que cobra da mulher a maternidade, mas não permite exercê-la.

Vivi a gravidez sob o signo da ambivalência. De um lado, a maternidade desejada, fruto de um planejamento consciente e de uma estabilidade emocional construída ao longo dos anos; de outro, a maternidade vigiada, em que cada exame pré-natal era aguardado com ansiedade amplificada, pois a consciência dos limites biológicos é mais aguda do que na juventude. Adiar a maternidade fez com que eu a vivesse como oportunidade única, em que a margem para o “erro” seria nula. Vivenciar essa gestação configurou-se, assim, como experiência em que senti o corpo, paradoxalmente, como obstáculo a ser superado e, ao mesmo tempo, como receptáculo de um desejo longamente aguardado.

Os desafios cotidianos do puerpério foram inúmeros: dificuldades na amamentação, de concentração, e de humor, além da mais demandante das tarefas: a restrição de sono em razão dos despertares noturnos da bebê. Benincasa (2003) descreve esse período como uma crise vital, marcada não só pelas alterações

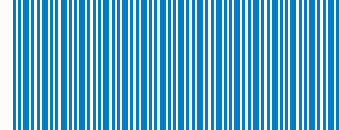


hormonais bruscas, mas por uma profunda reorganização psicológica e social. Vivi essa reorganização na tensão entre o bebê idealizado que sonhei durante a gestação e o bebê real, que demanda e exige cuidado, ao mesmo tempo em que elaborava o luto pela minha identidade anterior de “mulher independente”, para assumir a função materna.

Compreender os aspectos emocionais da maternidade tardia atravessada pelo puerpério exige olhar para o choque entre a onipotência da mulher adulta e a impotência diante da recém-nascida. Tornar-me mãe tardiamente, com identidade profissional sólida, tornou o puerpério ainda mais desafiador: a rotina de trabalho, a postura de solucionadora de problemas e a autonomia financeira, elementos que estruturavam e organizavam minha existência anterior à maternidade, cederam espaço para a rotina de cuidados com a bebê.

A vivência da angústia em relação ao tempo na maternidade tardia ganha contornos na consciência da finitude: não ter “todo o tempo do mundo” para gerar outros filhos ou para ver a filha envelhecer atravessa a existência daí em diante e chega a reconstituir o papel de mãe-pesquisadora.

Diferentemente da cena comum da maternidade na juventude, a maternidade tardia somou a sobrecarga do cuidado transgeracional. Ocupo, hoje, a posição descrita por Miller (1981): as demandas de mãe, pesquisadora e trabalhadora dividem-se com os cuidados à minha avó, uma anciã de 94 anos que está sob minha responsabilidade há mais de trinta anos. Não conto com a geração ascendente como suporte, o arranjo que frequentemente ampara mães jovens; em meu caso, ela é o próprio objeto do cuidado, e estou comprimida entre quem me antecede e quem me sucede, sem a partilha que tornaria esse peso suportável. Trago essa experiência à análise não como dado acessório de minha biografia, mas porque ela revela a condição que atravessa minha presença na academia: sou eu a responsável pelo cuidado, da minha filha e da minha avó, e é essa responsabilidade, exercida em múltiplas frentes ao mesmo tempo, que constitui quem sou como mulher e pesquisadora. A maternidade é somada a uma trama de cuidados que não se deixa pendurar à porta da universidade.



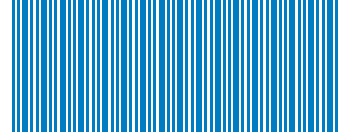
Ocupar, Resistir e Maternar

Atualmente, encontro-me na fase de conclusão de minha pesquisa doutoral cujo tema gira em torno da morte, luto e Plantão Psicológico on-line pós-pandemia da COVID-19. Realizar pesquisa com a temática da morte é aventurar-se por um território pouco explorado e propositalmente silenciado: a morte segue considerada um tabu na sociedade ocidental; embora, no cenário pós-pandemia, tenha assumido novo contorno de interesse, permanece um fenômeno interdito e pouco explorado especialmente na graduação em Psicologia.

O tema de uma pesquisa doutoral costura, invariavelmente, um tecido profissional e pessoal. Atravessada pela morte e pelo luto desde a infância, reconheço que as variáveis desta pesquisa doutoral estiveram presentes ao longo de toda a minha vida, em trajeto associado a uma intensa jornada psicoterapêutica. A dialética entre a morte e a vida, o luto e a gestação constitui solo fértil para a interrogação científica, ao expor a simultaneidade entre gestar, parir, cuidar de uma bebê e vivenciar o luto, não reivindico a criação de um regime acadêmico apartado ou facilitado. O objetivo é tensionar o olhar institucional para a complexidade da existência que habita os corredores da pós-graduação (e, por que não, as Instituições de Ensino Superior de modo geral?). Pretendo evidenciar que a mulher que escreve a tese é a mesma que elabora a perda e nutre a vida, e que ignorar essa coexistência empobrece a compreensão sobre quem são as pessoas que hoje sustentam a produção da ciência brasileira.

Habito simultaneamente uma antítese, a morte e o luto, de um lado; a contemplação da vida que pulsa na presença da minha filha, de outro. Nessa tensão, a dissonância temporal é irreconciliável: o tempo do maternar, guiado pela demanda do cuidado, do afeto e da imprevisibilidade, não obedece à mesma métrica do “tempo do Lattes”. O ritmo orgânico da bebê choca-se frontalmente com a rigidez dos prazos exigidos pelas agências de fomento de pesquisa, que operam em uma lógica linear e contínua, indiferente às pausas necessárias para a sustentação da vida.

É importante ressaltar que, formalmente, usufruí do direito à prorrogação de prazo de licença-maternidade acadêmica, concedido pela agência de fomento e pela Instituição de Ensino Superior em que curso o doutorado. No entanto, o retorno às atividades revelou a insuficiência dessa medida diante da realidade concreta. Ao ser confrontada com a retomada dos prazos



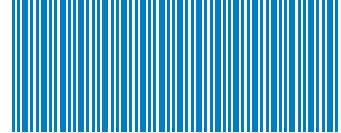
institucionais, deparei-me com interpelações desconcertantes, sintetizadas em frases como “mas você teve sua licença-maternidade”, como se usufruir desses meses fosse uma concessão extraordinária ou um privilégio, e não um direito básico de saúde pública.

Ao registrar e reler essas interpelações ao longo do retorno, percebi que não se tratava de comentários isolados ou mal-intencionados, mas de uma reação recorrente, quase automática, à minha presença como mãe no espaço acadêmico. Foi essa recorrência que me permitiu lê-las como a atualização de um dispositivo histórico de segregação que estrutura o pensamento ocidental. Essa lógica ignora que o fim do período da licença não coincide com a restauração integral da mulher: a burocracia declara encerrada a licença, mas o corpo que retorna à academia é ainda um corpo lactante, atravessado por hormônios e pelo movimento de rearranjo do puerpério.

A academia constituiu-se sob a égide de uma neutralidade que, longe de ser universal, é historicamente masculina: pressupõe um sujeito do conhecimento livre das “servidões” da vida orgânica e doméstica, enquanto à mulher coube a imanência do lar, a prole e a manutenção invisível da vida material. Compreendida à luz dessa análise, a experiência que vivi reverbera as formulações de Kergoat (2010) e Federici (2019), anteriormente exploradas.

Nesse quadro, a recusa institucional em dilatar o tempo do cuidado manifesta-se tanto nas interpelações sobre a licença quanto na impaciência diante do corpo lactante, revelou-me, ao ser analisada em conjunto, um padrão que ultrapassa o mal-estar pontual. Proponho compreendê-lo como um “gesto colonial” de expurgo do feminino: na esteira da crítica à colonialidade do poder (Quijano, 2005) e à colonialidade de gênero (Lugones, 2014), a reprodução de uma hierarquia que expulsa o corpo, o afeto e o cuidado do território legítimo do saber. A presença da mãe-pesquisadora tensiona esse espaço asséptico, pois traz para dentro da universidade elementos que sustentam a vida: leite e afeto, signos que o patriarcado lutou séculos para confinar à esfera privada.

A exclusão do cuidado materializa-se na inospitalidade da infraestrutura que, ao negligenciar o lugar da pesquisadora-mãe, revela-se despreparada: faltam espaços básicos como fraldários, refrigeração para mamadeiras ou acessibilidade para gestantes em situações de urgência médica, segundo comenta Diane Portugueseis

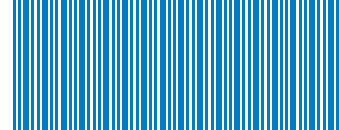


(2023). A autora afirma que normalizar o retorno precoce e a permanência em um campus que ignora a facticidade do cuidado é, em última análise, uma forma de domesticar a mulher, exigindo que ela ampute sua dimensão materna para ser aceita e legitimada como interlocutora intelectual, confirmando o que Bourdieu (1998) descreve sobre a herança social delegada às mulheres e a persistência das estruturas de dominação que moldam o campo acadêmico.

Ao encargo materno soma-se ainda outra frente de cuidado. O cuidado transgeracional já relatado reverbera no processo que Guita Grin Debert (1999) denomina reprivatização da velhice, em que a responsabilidade pelo cuidado dos idosos recai sobre a família e, invariavelmente, sobre a mulher, gerando um estado de prontidão ininterrupta: não há alternância entre “cuidar” e “ser cuidada”, mas acumulação de encargos. Nesse contexto saturado, e em diálogo com as análises de Ana Amélia Camarano (2020) sobre a crise do cuidado no Brasil, a tese doutoral é elaborada “nas frestas” do tempo, sob o silêncio de instituições que, ao ignorar essa arquitetura de afetos e responsabilidades, perpetuam a invisibilidade do trabalho reprodutivo que sustenta a própria ciência e operam como mecanismo de exclusão da mulher na pós-graduação *stricto sensu*.

Para além do espaço físico e dos encargos domésticos, é no próprio tecido das relações cotidianas de trabalho que essa mesma lógica se torna mais sutil, velada sob o manto da “exigência técnica” ou da “neutralidade profissional”. Vivi-a de forma particularmente aguda quando me comovi diante do sofrimento humano relatado em supervisão clínica e essa comoção foi convertida em objeto de escrutínio institucional, a ponto de minha competência profissional ser posta em questão. O que deveria ser reconhecido como implicação ética no encontro com a dor do outro foi lido como desvio de conduta.

Ao reler esse episódio no conjunto dos meus registros, o incidente revelou um padrão: sempre que o afeto comparecia à cena profissional, era interpretado como falha técnica, nunca como competência. Foi esse padrão recorrente que me levou a articulá-lo a um dispositivo histórico mais amplo. Quando minha emoção como supervisora é lida como fragilidade ou descontrole, reatualiza-se o estigma da histeria, categoria por meio da qual, historicamente, o corpo feminino que sente foi patologizado e destituído de autoridade no campo do saber. Sob a ótica de Bourdieu (1998), essa desqualificação configura uma forma de



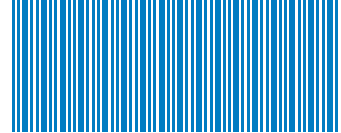
violência simbólica: a lógica institucional impõe, de modo velado, uma hierarquia arbitrária de valores que elege o distanciamento emocional como o único capital legítimo do campo profissional. Nesse mercado simbólico, os atributos associados ao feminino e à maternidade, a sensibilidade, a permeabilidade emocional, não têm valor de troca; ao contrário, são lidos como déficit de competência.

A estrutura compele, assim, a mulher a negar o próprio *habitus* para ser reconhecida, numa adesão estrangida ao modelo masculino de atuação. A maternidade passa a ser percebida como distração, fragilidade ou “falta de compromisso”, o que reforça a divisão sexual do trabalho e os estereótipos sobre o lugar “natural” da mulher no lar (Urpia, 2009).

Minha vivência, contudo, não pode ser o limite deste olhar, pois se a jornada tem sido desafiadora para mim, que conto com presença atenta do pai de minha filha, é vertiginoso pensar nos abismos enfrentados por mulheres cujas maternidades acumulam outras camadas de vulnerabilidade: as que cuidam de bebês atípicos, cujas demandas de saúde e inclusão colidem com a rigidez dos prazos acadêmicos, e, sobretudo, as mães-solo, que sustentam o peso do cuidado e da produção intelectual sem partilha. Sobre estas, Portuguesis (2023) tece reflexão necessária em *A Maternidade Solo e seu Lugar na Academia: Uma Construção Arelada à Resistência*: para a mãe-solo, a universidade não é apenas local de disputa de saber, mas território em que a permanência exige esforço sobre-humano de resistência contra a invisibilidade e a precariedade financeira e afetiva. Se para mim a academia é hostil, para essas mulheres ela opera como máquina de expulsão. Reconhecer tais disparidades é fundamental para que a luta por equidade não seja homogênea, mas capaz de acolher as diferentes realidades que compõem o ser mulher-mãe na ciência.

Ocupar, Resistir e Decolonizar

Ocupar os espaços da pós-graduação *stricto sensu* sendo mulher e mãe configura-se como ato político de resistência: não apenas cumprir créditos, mas afirmar em voz alta os desafios de transitar por papéis que escolhemos, recusando a punição social por não reproduzirmos os modos de existência que o patriarcado nos reservou. Nossa permanência na academia é, por si só, uma insurgência contra uma estrutura desenhada para nos excluir ou silenciar.



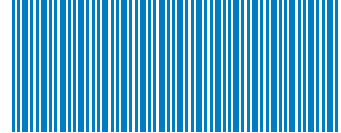
Resistir é sustentar a tensão entre dois tempos opostos: o tempo voraz do produtivismo acadêmico e o tempo dilatado do cuidado materno. É legitimar a maternidade, com toda a sua reconfiguração, como um modo de existir possível; é recusar tornar-se a pesquisadora asséptica que deixa a maternidade à porta da universidade e assumir que o puerpério, com suas privações e potências, compõe quem somos enquanto intelectuais. Resistir, afinal, é existir por inteira.

Decolonizar o saber acadêmico, por fim, implica reconhecer que a pesquisadora não é uma mente abstrata, mas um corpo situado (Haraway, 1995). Escrever os resultados deste estudo em primeira pessoa não teve por finalidade converter a produção acadêmica em escrita psicoterapêutica, mas empunhar uma ferramenta epistemológica, um modo de deslocar o lugar a partir do qual o conhecimento psicológico é enunciado. Vale ressaltar que, por psicologia decolonial, entende-se o esforço de recusar a importação acrítica de modelos das antigas metrópoles coloniais e de reconhecer e fazer circular outros saberes, historicamente silenciados (Lugones, 2014; Quijano, 2005).

Uma psicologia que ignora a existência de quem produz ciência, com seu cansaço, afetos e histórias, desalinha-se de seus próprios princípios enquanto ciência e profissão. Que nossa presença sirva para abrir espaços, transformar currículos e lembrar que, por trás de cada tese, há uma vida que insiste, cria e transforma.

Considerações finais

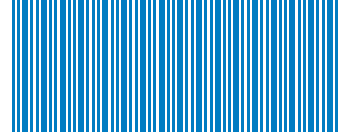
O campo da Psicologia exige da profissional um compromisso ético-político que a impede de atuar como mera espectadora dos processos de subjetivação, convocando-a a denunciar as estruturas de poder que atravessam o cotidiano. Ao narrar a maternidade tardia em concomitância com a conclusão do doutorado e o retorno ao trabalho, esta pesquisa rompe com o distanciamento do objeto de estudo neutro e assume uma ética do testemunho: validar a experiência de mulheres que percorrem trajetórias similares em silêncio e isolamento. Adotar a autoetnografia foi, assim, um imperativo ético e um ato político, que questiona a produtividade acadêmica quando desarticulada das questões de gênero e de ciclo vital.



Tomar a própria trajetória como campo de análise permitiu reconhecer que o saber é situado e que a subjetividade da psicóloga é parte constituinte da produção de conhecimento. Ficou evidente que o “tempo da academia”, cronológico, acelerado e pautado por métricas de produtividade ininterrupta, colide com o “tempo do cuidado”, que é cíclico, imprevisível e relacional. O sofrimento, a sobrecarga e a sensação de descompasso não são falhas individuais de organização, mas sintomas de uma estrutura que privatiza o custo da reprodução social, lançando sobre as mulheres pesquisadoras a responsabilidade de conciliar mundos que a instituição insiste em manter separados.

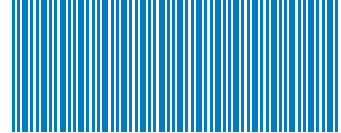
Ratifica-se, assim, que a maternidade tardia na pós-graduação é atravessada por uma dupla vulnerabilidade: a biológica, inerente aos limites do corpo, e a institucional, marcada pela invisibilidade do trabalho reprodutivo (e de cuidado). Ocupar esse espaço, recusando-se ao apagamento da dimensão materna para caber na forma do “cientista ideal”, é um ato de resistência em que a autoetnografia deixa de ser apenas método para tornar-se insurgência, reafirmando que o pessoal é, invariavelmente, político e clínico.

Por fim, este estudo aponta para a necessidade inadiável de reformular as políticas de fomento e de avaliação na pós-graduação. Não se trata de “tolerar” a presença de mães, mas de reconhecer que a experiência do cuidado enriquece — e não diminui — a produção intelectual. Decolonizar a ciência implica acolher quem gesta e cuida como sujeitos epistêmicos legítimos. Que a presença de crianças nos pátios das universidades e a narrativa de mães nas teses deixem de ser exceção para se tornarem paisagem comum de uma ciência que reconhece quem a produz.



REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Hanna Karen Moreira et al. Privação de sono e exercício físico. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, Niterói, v. 14, n. 1, p. 51-56, fev. 2008. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/6dfbc84e-0439-4cbb-81ce-4d91d913001b> Acesso em: 7 ago. 2026.
- BENINCASA, Miria. *Parto e puerpério: uma visão psicológica*. Santos: Editora Leopoldianum, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Organização de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. *Manual de Gestação de Alto Risco*. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gestacao_alto_risco.pdf. Acesso em: 3 dez. 2025.
- BRUNTON, P., RUSSELL, J. *O cérebro da gestante: adaptando-se à maternidade*. *Nat Rev Neurosci* 9, 11-25 (2008). <https://doi.org/10.1038/nrn2280>.
- CAMARANO, Ana Am lia. *Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a população idosa brasileira: da intencionalidade   realidade*. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/9786556350578> Acesso em: 7 ago. 2026.
- CARNEIRO, Rosamaria. Cartas para mim ou sobre mim? Notas autoetnográficas de um puerpério não silenciado. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 37, e21306, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/cp4hLSj5PTzVpptSWfKT5SD/?lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). *Brasil: mestres e doutores 2024*. Brasília: CGEE, 2024. Disponível em: <https://mestresdoutores2024.cgee.org.br/>. Acesso em: 3 dez. 2025.



COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Relatório do Grupo de Trabalho Equidade e Redução de Assimetrias na Pós-Graduação*. Brasília: CAPES, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/24122024_Relatorio_2517752_23.12.2024_GT_Equidade_e_Assimetrias_DOI.pdf. Acesso em: 30 jul. 2026.

DADICO, Luciana. Sofrimento na universidade: subjetividade, produtividade e adoecimento. In: CORDEIRO, M. P.; SILVA, D. M. (org.). *Educação e sofrimento psíquico*. Curitiba: CRV, 2019. p. 115-132.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 1999.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

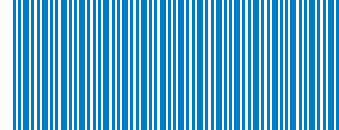
FLORA, Lívian Abentroth Della et al. Mudanças e alterações no cérebro feminino na gravidez e no pós-parto. *Revista Eletrônica Acervo Científico*, v. 25, e20780, 2025. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/20780>. Acesso em: 1 dez. 2025.

GAULEJAC, Vincent de. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Tradução de Ivo Storniolo. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

GUEDES, Moema de Castro. *A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino*. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. *Etnografia: princípios em prática*. Petrópolis: Vozes, 2022.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução de Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 25 abr. 2025.



HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ>. Acesso em: 1 dez. 2025.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005> Acesso em: 7 ago 2026.

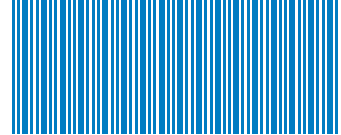
LOPES, Manuela Nunes; DELLAZZANA-ZANON, Letícia Lovato; BOECKEL, Mariana Gonçalves. A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea e a maternidade tardia. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 22, n. 4, p. 917-928, dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000400018. Acesso em: 6 dez. 2025.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MILLER, Dorothy A. The 'Sandwich' Generation: Adult Children of the Aging. *Social Work*, Oxford, v. 26, n. 5, p. 419-423, set. 1981. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/sw/26.5.419>. Acesso em: 7 ago. 2026.

MOSCHKOVICH, Marília; ALMEIDA, Ana Maria F. Desigualdades de gênero na carreira acadêmica no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 749-789, set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/00115258201558> Acesso em: 7 ago. 2026.

PORTUGUEIS, Diane. A maternidade solo e seu lugar na academia: uma construção atrelada à resistência. In: SUZUKI, Júlio César; CASTRO, Rita de Cássia Marques Lima de; SOARES, Alessandra Garcia (org.). *Mães cientistas: perspectivas e desafios na academia*. São Paulo: FFLCH/USP: PROLAM/USP, 2023. (p. 307 – 330). Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1116>. Acesso em: 15 mar. 2026.



QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais — perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais).

SILVA, Juliana Marcia Santos. *Mães negras na pós-graduação: uma abordagem interseccional*. 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFBA-2_c3fc68c19abbf9c9748314ad87b957c4/Details. Acesso em: 25 abr. 2025.

STANISCUASKI, Fernanda et al. Gender, race and parenthood impact academic productivity during the COVID-19 pandemic: from survey to action. *Frontiers in Psychology*, v. 12, art. 663252, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.663252>. Acesso em: 1 dez. 2025.

URPIA, Ana Maria de Oliveira. *Tornar-se mãe no contexto acadêmico: narrativas de um self participante*. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/ana_maria_urpia.pdf. Acesso em: 1 dez. 2025.

WINNICOTT, D. W. A preocupação materna primária. In: WINNICOTT, D. W. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. (p.399-405) Rio de Janeiro: Imago, 2000.

Submetido em: 25/05/2026

Avaliado em: 06/07/2026

Aceito em: 25/08/2026

